

# LITERATURA INDÍGENA OU INDIANISMO - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ÍNDIO FRENTE À LITERATURA NACIONAL

GAUDÊNCIO, Wanda Patrícia de Sousa (UFPB) – wandapatricia@evl.com.br<sup>1</sup>  
Universidade Federal da Paraíba –UFPB –Campus IV - Pofletras

BERNARDES, Andrea Lima<sup>2</sup>  
Universidade Federal da Paraíba –UFPB –Campus IV - Pofletras

MELO, Prof. Dr. Carlos Augusto de<sup>3</sup>  
Universidade Federal da Paraíba –UFPB –Campus IV - Pofletras

## RESUMO

A busca pela identidade de uma faz parte do contexto dos estudos literários, o que pode ser percebido ao longo da história da literatura no Brasil, desde o período colonial até a contemporaneidade. Porém, a de se convir que, na maioria das vezes, o índio –enquanto protagonista de sua etnia- é visto sobre a égide indianista. Os textos literários que este protagoniza são reproduções de uma cultura etnocêntrica na qual ainda cabe a classificação de literatura indianista. Desta feita, tomando como base os textos literários constantes nos manuais didáticos com os quais trabalhamos em sala, objetivamos no presente trabalho avaliar a abordagem que é feita nas obras literárias, para tanto, classificaremos os textos em três categorias: indígenas, indigenistas ou indianistas, conforme a perspectiva que estes conferem à cultura e a identidade do índio. E ao final optamos por avaliar como construir a identidade indígena no contexto da sala de aula,por considerá-la essencial a representação entre o erudito e o popular.

**PALAVRAS-CHAVE:** identidade – indianista – indígena – literatura

## Por que trabalhar a cultura indígena?

Falar sobre literatura indígena é, costumeiramente, se fazer uma alusão a textos clássicos da Grande Literatura imortalizados pelo tempo e que facilmente são citados por leitores de varais idades. Mas será que obras como a Carta de Caminha, Caramuru, a invenção do Brasil, Iracema, o Guarani, Ubirajara, Triste Fim de Policarpo Quaresma e Macunaíma, cujos protagonistas “resgatam” a cultura indígena podem se inserir nesta categoria?

---

<sup>1</sup> Mestranda do Profletras/UFPC Campus IV, estudante da Especialização em Fundamentos da Educação pela UEPB/Campus I e professora de língua portuguesa nas redes públicas e privadas de ensino de Campina Grande – PB.

<sup>2</sup> Mestranda do Profletras/UFPC Campus IV,

<sup>3</sup> Professor titular do Departamento de Letras da UFPB-Campus IV.

Ao procedermos à busca por referências na área encontramos a resposta para este pergunta, tal resposta evidencia aquilo que já se percebe quando se conclui a leitura destes clássicos: a visão da cultura relativa ao índio erige de uma visão unilateral, ou seja, nasce da visão do branco/colonizador em relação a uma etnia que, assim como a africana, está vinculada à submissão e à aculturação.

Mas como transformar tal visão numa busca pela identidade do índio, enquanto precursor na formação da nação brasileira e até hoje principal símbolo de nossa identidade? Em resposta a esta questão mergulhamos no vasto campo da literatura, da história e da antropologia, tais ciências nos levaram a uma melhor percepção de como se constrói a alteridade em relação ao índio. A nós nos foi atribuída a responsabilidade de levar para sala de aula a história da cultura afro-brasileira e indígena, não diria bem que seja uma atribuição, mas uma intimação, posto que tal iniciativa nos veio com a aprovação da Lei 11.645/2008, a qual determinou a inclusão nos conteúdos escolares da história e da cultura de tais etnias – negro e índio- como forma de garantir o respeito a estes e mais ainda, reavivar a relevância da sociodiversidade de nosso país.

Depois do impacto veio a inquietação: como e o que abordar no currículo escolar se sabe que há, em nossa sociedade um viés preconceituoso principalmente quando a temática envolve aspectos como à religiosidade. Não foi e não esta sendo fácil por isso, mesmo diante da imposição legal ainda se percebe que o assunto não integra o plano de curso dos professores cujas disciplinas devam abordar a temática em sala de aula, mesmo após quase uma década da promulgação da lei.

Em busca de alternativa que viabilizasse o melhor aproveitamento das abordagens acerca da temática em sala fomos em busca da teoria vigente e encontramos respaldo teórico em nomes como Abreu(2006, 2011), Vieira (2000), Graúna (2013), Polar (2000) , Munduruku (2013), Silva (2013) e Thiél e Quirino (2011), os quais dissertam acerca da temática central deste trabalho.

Para o compilamento dos dados necessários a produção do presente artigo procedemos a leitura e análise em fontes de pesquisas variadas para avaliar melhor os textos e elaborar um perfil de como a cultura indígena tem sido abordada, neste caso iremos propor sugestões de intervenção em sala de aula durante a abordagem dos textos pelo professor de literatura.

De maneira didática expusemos nossas constatações em três tópicos. O primeiro intitulado de “O que vem a ser uma literatura indígena?” Apresenta considerações m torno do conceito e das especificidades das literaturas indígena e indianista. Em seguida, no tópico “A busca pela indianidade nas obras literárias nacionais dos séculos XIX e XX” adentramos ao

contexto da abordagem do elemento indígena na literatura nacional de forma breve e concisa e na terceira parte, tratamos da concatenação entre teoria e prática por meio do tópico “Aplicando a cultura indígena em sala de aula”, e, por fim fizemos um apanhado geral dos aspectos levantados ao longo do trabalho.

## **O que vem a ser uma literatura indígena?**

A conceituação do que vem a ser uma literatura indígena nos é apresentada por Graúna (2013:19) como aquela escrita por nativos, ou seja, por autores indígenas cujo objetivo seja fazer uma auto-descrição, ou seja,

É óbvio que a produção indigenista se instala no cruzamento de duas culturas e de duas sociedades. Tácita mas muito sagazmente, no remoto ano de 1928, já o indicou José Carlos Mariátegui, ao distinguir com decisão os conceitos de ‘indígena’ e ‘indigenista’: aquele alude à produção intelectual e artística realizada pelos índios, conforme seus próprios meios e códigos, e este, à vasta criatividade que, com base em outras posições sociais e culturais, no lado ‘ocidental’ das nações andinas, busca informar sobre o universo e o homem indígenas (Polar 2000-193-194).

Verificamos em Polar (2000) que para ser indígena a produção literária deverá ser dotada de certas especificidades, sendo que a primeira delas é ser uma auto-história, e como tal ressignificar a história de um povo que por muito tempo ficou subjulgado à condição de inferior do ponto de vista de sua intelectualidade. Para Graúna (2013:190),

[...] a literatura escrita pelos povos indígenas no Brasil pede que se leiam as várias faces de sua transversalidade, a começar pela estreita relação que mantém com a literatura de tradição oral, com a história de outras nações excluídas (as nações africanas, por exemplo), com a mescla cultural e outros aspectos fronteiriços que se manifestam na literatura estrangeira e, acentadamente, no cenário da literatura nacional.

Diante das palavras da autora fica claro que a construção de uma identidade por meio de uma obra literária deve ser cautelosa, tendo em vista que é preciso ter cuidado para não falsear a noção que se deseja ofertar acerca de um povo. Assim posto, percebemos que a literatura que versa sobre o índio ao longo da teoria da literatura nacional não se caracteriza como indígena, mas como indianista. Em outras palavras,

A obra indigenista como transcultural, mas produzida a partir de uma perspectiva ocidental, e caracterizada como escrita ou traduzida pelo outro (não-índio), para quem o mundo indígena é referente e o índio é informante, mas não agente da narrativa (Thiél e Quirino, 2011:6635).

Isto significa considerar que a produção de obras que abordam à temática indígena por autores não indígenas constitui-se o que se denomina de literatura indianista, e quase sempre é

escrita por autores miscigenados, a exemplo dos mestiços, podemos dizer que há um indianismo literário. Exemplificando textos como a Carta de Caminha, Caramuru e os romances indianistas de José de Alencar seriam obras indianistas. Já as obras de Gonçalves Dias, tendo em vista a sua descendência mestiça exemplificam o indianismo literário.

Observamos tais aspectos concluímos que não temos uma literatura indígena, como propõe o próprio poeta Gonçalves Dias, sua produção é indianista. E não é apenas durante o século XIX que se observa tal, exclusão da literatura produzida pelos nativos. A própria aquisição das habilidades da leitura e da escrita no país naquela época, não era para todos, apenas para poucos, a literatura nasceu num berço privilegiado, era uma arte focada na burguesia. Nem sequer dava para imaginar um índio com um folhetim em mãos decifrando as letras e sendo conduzido ao universo imaginário da leitura, esta preocupação com a alfabetização e o incentivo à produção escrita pelo povo indígena é bem recente.

### **A busca pela indianidade nas obras literárias nacionais dos séculos XIX e XX**

Como afirma Graúna (2003:20), “Século XXI: a literatura indígena no Brasil continua sendo negada, da mesma forma como a situação dos seus escritores e escritoras continua sendo desrespeitada”. Ou seja, o incentivo à produção intelectual no Brasil ainda é insipiente em termos de valorização das obras afro e indígenas, permeia-se uma realidade do século XVIII, a qual ainda se supervaloriza a literatura estrangeira, sobretudo a europeia, daí a evidente predileção dos jovens por séries e sagas cujos protagonistas são heróis, brancos e que corroboram com o etnocentrismo literário.

Tal etnocentrismo impregna de fato nossa produção literária, sobretudo nas obras que datam do século XIX. Para Boudreau *apud* Graúna (2013:82) a literatura escrita do ameríndio é um fenômeno cultural recente porque surge das decepções acumuladas após as invasões européias. Para melhor esclarecer como ocorre tal visão marginalizada, recorro à perspectiva histórica de Vieira, que em sua obra “*A História do Brasil são outros quinhentos*”, ratifica este etnocentrismo o que, na literatura torna-se visível em vários trechos da Carta de Caminha.

A feição deles é serem pardos, [à] maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam cobrir nenhuma coisa, nem mostrar suas vergonhas: acerca disso, estão em tanta inocência como têm em mostrar o rosto. Ambos traziam furados os beiços de baixo, e metidos neles ossos, ossos brancos, da compridão de uma mão travessa e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como furador; metem-nos pela parte de dentro do beiço, e o que lhe fica entre o beiço e os dentes é feito como roque de xadrez, e de tal maneira o trazem ali

encaixado que não lhes dá paixão, nem lhes turva a fala, nem [o] comer, nem [o] beber.(Olivieri & Villa, 1999:20-1)

A visão do índio na carta é eurocêntrica e se percebe a forma como o índio é percebido: sob a égide da insubordinação, da incivilidade da falta de cultura, só porque não comunga dos mesmos hábitos, religião e forma de organização social dos colonizadores. Ainda na perspectiva histórica é possível compreender a desvalorização da cultura e da etnia indígena em outros textos da Era Colonial, Padre Inácio de Talosa, da Capitania de Pernambuco, ao se referir à aculturação e a escravização do índio, relatou em 1576:

O índio, vendo-se já cercado de todas as partes, sem remédio, entregou-se. Assim, entraram na aldeia, a 27 de setembro, em Procissão com a cruz levantada, com grande alegria, vendo a vitória que Deus lhes tinha dado dos seus inimigos com tão pouca custa sua. ao outro dia, deu sentença o Governador que morressem todos os quinhentos índios que tinham vindo em socorro, que já estava amarrados. Entregaram-nos logo aos índios que iam em nosso favor para que os matassem. Causou grande pena ao padre ver matar tanta gente com tanta crueldade, sem poder dar remédio a suas almas [...] (Talosa *apud* Belchior<sup>4</sup>, 1965:sp).

A citação da obra mesmo em uma perspectiva histórica e também antropologia. Aliás boa parte das referências e dos materiais que se encontra sobre a cultura indígena se reporta a área da Antropologia. E na perspectiva eurocêntrica presente não apenas na Carta de Caminha, como também nos demais textos que integram a Antologia “Cronistas do Descobrimento”, organizada por Antônio Carlos Oliveri e Marco Antônio Villa, é possível encontrar um índio descrito pejorativamente. Não há alteridade em relação ao outro, para o colonizador o índio é qualificado como vadio, preguiçoso, idiota, ladrão, conforme expresso nos versos a seguir,

Deixai-me viver! (...)  
Não vil, não ignavo  
Mas forte, mas bravo,  
Serei vosso escravo:  
Aqui virei ter.  
Guerreiros, não choro;  
Do pranto que choro;  
Se a vida deploro,  
Também sei morrer (Dias, 2001:98)

Observa-se nos versos acima, extraído do belíssimo poema indianista I-Juca Pirama, da lírica indianista de Gonçalves Dias, que ainda no século XIX, havia traços da desvalorização da cultura indígena. Apesar de narrar a saga de um guerreiro verdadeiro, por ser forte, fiel e bravo, o protagonista entrega-se à sentimentalidade romântica, tal qual os

---

<sup>4</sup> BELCHIOR, Elysio de Oliveira. **Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1965

heróis dos romances e da poesia romântica européia – e fraqueja diante da morte, pedindo aos inimigos para não morrer. A submissão é percebida em vários momentos na estrofe acima exposta, pelo uso no segundo verso onde se tem o uso da palavra “ignavo”, que em português significa preguiçoso e nos demais pela necessidade de se reafirmar as características do herói (neomedievalismo): força, coragem e bravura diante da morte. No poema, o herói cumpre seu destino para reafirmar a sua própria identidade, é interessante perceber que o poeta na tentativa de se afirmar no indianismo apresenta a linguagem, descreve o cotidiano e a cultura na perspectiva do índio, mas este diferencial, como já fora exposto anteriormente deve-se ao fato de ser, em sua própria essência um descendente indígena.

Assim posto, podemos dizer que o índio no contexto das produções literárias e da perspectiva de autores da literatura indianista desconsidera a identidade do índio, no que se refere à sua organização política, social, religiosa e, principalmente, em relação a sua cultura. Um exemplo disso é a alusão aos rituais antropofágicos, traço bastante presente nas culturas indígenas e que é citado no poema “I-Juca Pirama” de Gonçalves Dias e na obra “Macunaíma” de Mário de Andrade sob o olhar da incivilidade.

O romancista brasileiro José de Alencar, mesmo que tenha levantado a bandeira indianista em uma de suas vertentes românticas, optou pelo etnocentrismo. Em *Iracema, a virgem dos lábios de mel* (1865), o autor trabalha a submissão da índia em busca de um amor por um representante do colonizador e acaba sucumbindo ao abandono, ficando só afastada dos seus e sem a presença daquele que julgava amá-la. Em outra obra sua, *O Guarani* (1857), assinala para submissão masculina, mas o enredo também tem um desfecho eurocêntrico. Em ambas as obras percebe-se a necessidade de se adaptar as expectativas de um público leitor burguês.

O pré-modernista, Lima Barreto, conhecido pela sua crítica ferrenha à sociedade brasileira também abordou a temática indianista. Em seu clássico “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, que passou de folhetim (1911) a livro (1915), busca resgatar a nacionalidade por meio da referência ao índio, tanto no âmbito na linguagem – ao propor que o tupi seria a forma mais original de se expressar a cultura do país -, quanto no que se refere à eleição deste como representação de uma cultura local, amplamente impregnada de valores europeus. Tais valores são tão fortes que ao longo do Realismo/Naturalismo não se percebe mais a presença de protagonistas índios, entra em cena o mestiço, considerado como símbolo da predileção pela “branquitude”.

Para o índio Gersem Baniwa, antropólogo e um dos defensores da cultura indígena no país devemos sim estimular o conhecimento da sociodiversidade indígena, no entanto quanto

à existência dessa identidade nacional tão cultuada pelos autores de indianistas do romantismo e retomada por Lima Barreto, considera-na unânime, tendo em vista a infusão cultural que marca a história do país.

[...] não existe uma identidade cultural única brasileira, mas diversas identidades que, embora não formem um conjunto monolítico e exclusivo, coexistem e convivem de forma harmoniosa, facultando e enriquecendo as várias maneiras possíveis de indianidade, brasilidade e humanidade. Ora, identidade implica a alteridade, assim como alteridade pressupõe a diversidade de identidades, pois é na interação com o outro não-idêntico que a identidade se constitui. (Baniwa, 2006:49).

Aliás, acerca do estudo e da preservação da tradição do Tupi como língua nativa dos indígenas, nos remete que este não era o único mais a língua mais falada por entre as nações indígenas que aqui chegaram. Assim sendo, devido ao processo de inserção de outras culturas até mesmo o índio, fortemente aculturado no período colonial, foi retomada na Era Nacional – quando o índio foi elevado ao status de herói nacional, perpassou pela era Moderna e chegou à contemporaneidade. O fato que o índio passou por mudanças e relação a hábitos cotidianos, ou seja, mudou sua cultura.

Na literatura um exemplo dessa mudança é perceptível na obra *Macunaíma* de Mário de Andrade, escrita no período modernista a obra visa o resgate da memória cultural do país, por meio da figura de um anti-herói que reflete toda essa mistura cultural que forma o conceito de identidade apresentado por Baniwa.

Em *Macunaíma*, o protagonista não se percebe em sua condição de índio e busca a reafirmação de sua identidade em outro contexto, deixa a mata, vivencia vários contextos da cultura popular, é persuadido por valores contidos na malandragem da cidade e lá descobre que o Darwinismo deve ser empregado para poder sobreviver. *Macunaíma* nega suas origens e assume a mestiçagem, afinal como foi retratado em outro momento são os mestiços símbolo do etnocentrismo que aflora ao final do século XIX, e mesmo sendo uma das pautas levantadas pelos autores românticos a busca por uma monocultura no país mais uma vez fracassa.

### **Aplicando a cultura indígena em sala de aula**

Diante da necessidade de se abordar a cultura indígena e de se manter o respeito à sociodiversidade. Acerca disso, Mundukuru assinala que:

São povos que procuram atualizar suas culturas para continuarem vivos, utilizando as novas tecnologias. Com elas podem mostrar como e onde vivem, qual o tamanho das suas terras. Também denunciam o descaso do poder público, a invasão de seus territórios, a destruição da natureza. Fazem

isso usando a internet, os celulares, as câmeras de vídeos e a literatura, que é o que mais nos interessa nessa conversa (2013: sp.).

De acordo com as palavras do autor fica claro que a utilização da literatura como meio de se preservar uma cultura de certo favorecerá também o acesso a produção autoral, necessária a busca da compreensão da cultura de um povo que por muito tempo fora estigmatizado.

Os textos indígenas brasileiros incluem não só palavras, mas desenhos, cores e representações que provocam reações baseadas em valores e tradições culturais próprias. As ilustrações, por exemplo, vistas normalmente por olhos educados na tradição ocidental como expressão artística ou como decoração, comportam significados que implicam leitura e tradução. Além disso, embora ilustrações sejam consideradas muitas vezes complementares à escrita, pode ser a escrita alfabética também complemento do elemento pictórico (Thiél e Quirino, 2011:6634)

Observa-se que os textos indígenas, ao contrário dos indianistas tão presentes em nossa literatura são bem mais abrangentes, além da leitura do texto escrito, se faz necessária a leitura e a reflexão acerca do contexto em que foram escritos. Segundo Graúna (2013:170), isto só ocorre porque “A literatura indígena no Brasil faz parte da luta identitária, com base no saber coletivo que é testemunho também de uma expressão maior: a pajelança”. A produção textual indígena brasileira floresceu na última década do século XX, entra o século XXI como movimento literário e também político, de afirmação de identidade e cidadania, o que faz com que sua inserção na escola, nas leituras propostas para os alunos, se torne ainda mais relevante (Thiél e Quirino, 2011: 6636).

Neste sentido convém aos professores investigar textos escritos por autores indígenas, o que, conforme foi apresentado por Thiél e Quirino não é tão difícil, tendo em vista que a internet faz facilitar o acesso a uma gama de texto de fontes diversas. O resgate a estes textos é sinônimo do resgate de nossa própria cultura e não seria simplesmente por imposição da lei que se aborda uma cultura é pela despertar do próprio querer em conhecer-se. Assim se faz necessário buscar fontes autorais, ou seja, trabalhar textos produzidos e divulgados por indígenas. Ademais, os textos literários contemporâneos de autoria indígena mostram, claramente, que a palavra indígena sempre existiu, no entanto, nunca foram valorizados. Até mesmo quando se aborda a questão da Educação Indígena propriamente dita, se percebe que esta valorização era inexistente.

O Estado brasileiro pensava uma “escola para índios” que tornasse possível a sua homogeneização. A escola deveria transmitir os conhecimentos valorizados pela sociedade de origem européia. Neste modelo, as línguas indígenas, quando consideradas, deviam servir apenas de tradução e como

meio para tornar mais fácil a aprendizagem da língua portuguesa e dos conteúdos valorizados pela cultura “nacional” (RECNEI /Brasil, 1988:27)

Verifica-se no excerto a negação de uma cultura e da identidade indígena. Porém, a promulgação dos Referenciais voltados à Educação Indígena, calçados na Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB), promoveu mudanças significativas e a tão almejada valorização, a qual também inclui a preocupação com o resgate da língua nativa se efetivos. Luciano/MEC (2006:90) considera que, “o acesso às tecnologias por parte dos povos indígenas deve contribuir para o fortalecimento de suas culturas e tradições e melhorar as condições de vida, sem que percam as suas identidades e os modos próprios de ser e de viver” e é justamente por meio dele que se tem a oportunidade de se conhecer melhor a cultura indígena.

### **Considerações finais**

E, partindo-se da necessidade de se ressignificar tal abordagem, buscaremos à construção de uma identidade indígena tomando como base o que está disposto na legislação vigente, qual seja a Lei 11.645/2008 e no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1988), os quais evidenciam a necessidade de se resgatar e promover a cultura indígena, o que inclui o incentivo à literatura indígena.

Esta literatura, enraizada na tradição oral, se constitui numa excelente ferramenta de que o professor dispõe para transmitir valores e formas de comportamento de um povo que por muitos anos foi subjugado e que tinha sua cultura desvalorizada em face do etnocentrismo que ainda hoje se perpetua na sociedade brasileira.

Ao fazermos um breve apanhado acerca dos textos que trazem a cultura indígena à tona para nossos alunos, pudemos perceber a tradição indigenista e indianista, as quais não servem para relacionar o caráter auto-histórico que se faz presente na literatura indígena. De fato autores consagrados de nossa literatura trouxeram o índio para o papel de protagonista, mas de um enredo em que este sai vencido por uma necessidade de se perpetuar valores advindos da cultura européia. Numa tentativa muito tênue de se transpor para o leitor a sociodiversidade local.

Assim sendo consideramos que devemos nos embrenhar e beber na fonte da cultura indígena genuína, partilharmos textos, formular hipóteses acerca das características de um povo cujo arsenal cultural é vasto, suas contribuições perpassam todas as áreas do conhecimento. É preciso promover o acesso a cultura indígena sem se desprender da relevância da indianista, afinal conhecer o índio é voltarmos para dentro de si mesmos.

## REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. **Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1965.

BRASIL. **Referencial Curricular para as Escolas Indígenas (RECNEI)**, Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf). Acesso em: 15/5/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. 2011. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Volume 10.2. Temas Transversais: Pluralidade Cultural. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>> Acesso em 20 ago. 2011.

DIAS, Gonçalves. **I-Juca Pirama e os Timbiras.** Porto Alegre: MR Pocket, 2001.

GRAÛNA, Graça. **Contrapontos da Literatura Indígena contemporânea no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

MEC. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje** / Gersem dos Santos Luciano. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>. Acesso em: 15/5/2014.

MUNDURUKU, Daniel. **A escrita foi um instrumento importante para que uma nova visão sobre os indígenas fosse despertada na sociedade brasileira.** Pré-Univesp – No. 30 2013 – Povos indígenas – Abril de 2013. Disponível em: <http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/4817/povos-ind-genas-no-brasil-e-a-sua-literatura.html>.

OLIVIERI, Antonio Carlos; VILLA, Marco Antonio (orgs). **Cronistas do Desobrimento.** Série Bom Livro. São Paulo: Ática, 1999.

POLAR, Antonio Cornejo. **O condor voa: literatura e cultura latino-americanas.** Trad. de Ilka Valle de Carvalho. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. Acesso em: 15/5/2014.

SILVA, Edson. **Povos indígenas e o ensino reconhecendo o direito à inclusão das sociodiversidades no currículo escolar com a Lei n 11.645/2008.** Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/sv/article/viewFile/21213/12441>. Acesso em: 15/5/2014.

THIÉL, Janice Cristine; QUIRINO, Vanessa Ferreira dos Santos. **A literatura indígena na escola: um caminho para a Reflexão sobre a pluralidade cultural.** Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5885\\_3228.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5885_3228.pdf)

VIEIRA, Cláudio. **A História do Brasil são outros 500.** Rio de Janeiro: Record, 2000.